



Privatização financeirizada do saneamento no Brasil

Como acontece? Por que acontece? Um modelo que será copiado em outros contextos?

Pesquisas sobre privatização da água e esgotos



Table 2. Key Players in the Brazilian WSS Sector: Shareholding Structures and Market Reach

Company	Investor Fund (s)	Population Served
Ageas Saneamento	Equipev - Brazilian investment platform for infrastructure (53%); GIC - Singapore sovereign wealth fund (34%); Itaúv - Brazilian investment holding (13%)	39 million
Equatorial	Free float (75%); Main shareholders: Opportunity, Capital Research, BlackRock, CIP, Squidra	30 million
BRK Ambiental	Brazilfield - global investment firm from Canada (70%); FI-FOFIS (30%) - Brazilian workers' fund	16 million
Iguá Saneamento	Canada's pension fund (CPP) (66.5%); ARIHO - pension, endowment, insurance and government fund clients in Alberta, Canada (24%) and BDOEOP - Brazilian development bank holding (9.5%)	7 million
Águas do Brasil	Developer S.A. (80.86%); New Water Participações - investment fund (19.14%)	5 million

Source: [based on](#) BRK Ambiental (2025); Ageas Saneamento (2025); Iguá Saneamento (2025); Águas do Brasil (2025); Grupo Equatorial (2026).

A farsa da privatização do saneamento

Luís Heller
Marcelo ~~Belarzo~~ Fernandes Montenegro
(1998)



Os "porquês":
Impulsionadores
da guinada
neoliberal do
Brasil no setor de
saneamento



A arquitetura internacional das finanças

- Fundos de pensão e fundos soberanos enfrentaram período prolongado de taxas de juros ultrabaixas em economias avançadas (desde década 2010)
- Portfólios de infraestrutura como instrumento durável (x estratégias de crescimento).
- O setor de água e esgotos, apesar da demanda inelástica e do status de serviço essencial, permaneceu periférico
 - Discrecionalidade tarifária, governança fragmentada e exposição aos ciclos eleitorais: riscos.
- Investimentos no Brasil em água e esgotos
 - duração compatível com os passivos
 - proteção contra a inflação
 - escala atrativa
 - coordenação entre jurisdições subnacionais.

De-risking e estabilidade regulatória

- Consenso de Wall Street (Gabor, 2021)
 - paradigma centrado em estratégias de mitigação de riscos, concebidas para atrair capital para ativos de infraestrutura.
- Estabilidade regulatória
 - mitigação de riscos de novas classes de ativos por meio de gastos públicos
 - mitigação de riscos políticos, removendo barreiras regulatórias às concessões.
- O movimento de 2020
 - centraliza a tomada de decisões em nível estadual, concedendo acesso a financiamento aos municípios que aderem a blocos de regionalização
 - outorgas não vinculadas ao setor de saneamento.



De-risking e desempoderamento de movimentos sociais

- Movimentos não alinhados à onda neoliberal: riscos de perturbação da nova agenda.
- À medida que movimentos sociais e acadêmicos continuam a se opor à privatização e à liberalização, elites criam um consenso artificial, limitando a capacidade dos grupos de pressionar os atores com poder de decisão
 - campanhas midiáticas agressivas
 - deslegitimação de evidências contrárias.



Incidência política de grupos de interesse "Think-tanking"

- Grupos conservadores fornecem informações a tomadores de decisão, em um momento em que restrições fiscais e lacunas na infraestrutura criaram um cenário favorável a reformas orientadas pelo mercado.
- No setor de água e saneamento: ABCON.
- Instituto Trata Brasil é exemplo emblemático.
 - embora declare interesse em "promover o avanço do setor de água e saneamento e proteger os recursos hídricos do país", sua trajetória aponta para o suporte à expansão privada da prestação de serviços.
- Esses think tanks desempenham papel visível na construção e disseminação de narrativas pró-privatização, por meio de diversas plataformas midiáticas e eventos com abordagem técnica.

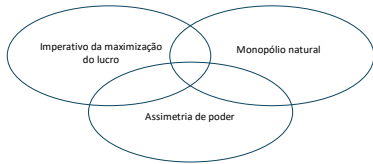


Incidência política de grupos de interesse Lobbying

- Lobby não é atividade regulamentada no Brasil e ocorre a portas fechadas.
- Atuação de grupos financeiros e do setor privado junto a membros do Congresso e a gestores públicos para aprovação da Lei 14.026/2020.
- Episódios reforçam essas práticas
 - ações de lobby pelo BTG Pactual no momento em que se preparavam para a privatização da Copasa
 - em fevereiro de 2026, divulgado pelo Ministério Público Federal (MPF), agentes públicos para obter ou não a aprovação de projetos em municípios.
- "Porta giratória"...



Uma racionalidade para os riscos aos DH



Obrigado!